

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

Edição nº 1509

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5
Concursos Públicos.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 66/2014

Altera o Provimento nº 42/2014, que dispõe sobre cargos de Assessor, Classe "R", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a atual necessidade administrativa de realização de concurso para Assessor, Classe "R" – área de Administração e a existência de vaga na área de Direito sem possibilidade de provimento, porque expirado o prazo de eficácia do concurso, e considerando a viabilidade de realocação de vagas como forma de gerir e atender a demanda de recursos humanos nas diferentes áreas referentes ao cargo de Assessor, Classe "R",

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Altera a destinação de 01 (um) dos 32 (trinta e dois) cargos de Assessor, classe "R", criados pela Lei nº 14.547, de 20 de junho de 2014, antes destinado para a área do Direito pelo Provimento nº 42/2014, por necessidade de serviço, para a área de Administração.

Art. 2º Em virtude do disposto no art. 1º, fica alterado o artigo 1º do Provimento nº 42/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Dos 32 (trinta e dois) cargos de Assessor, Classe "R", criados pela Lei nº 14.547, de 20 de junho de 2014, 30 (trinta) serão providos por candidatos aprovados na área do Direito."

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de setembro de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 414/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

TORNAR SEM EFEITO

- a portaria nº 1185/2014, que designou o Promotor de Justiça, Dr. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID nº 3425592, para, na

condição de representante desta Instituição, firmar a renovação do Termo de Cooperação nº 20/2010 e Termo Aditivo nº 01/2011 entre Ministério Público e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando a consolidação da rede pública de fiscalização técnica para a proteção dos bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família, Programas Remanescentes, ao Cadastro Único, ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (PR.00956.00685/2009-1 - Port. 3402/2014).

CONCEDER

- o abono de permanência, nos termos do artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e no artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, à Dra. ANDRÉA CECIM FORTES, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3427102, a contar de 29 de janeiro de 2013, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00745/2014-3 - Port. 3413/2014).

REVOGAR

- a contar de 01 de setembro de 2014, a portaria nº 1444/2014, que designou, o Dr. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, Promotor de Justiça, ID n.º 3425592, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 3422/2014).

- a contar de 12 de agosto de 2014, a portaria nº 0013/2014, que designou, a Dra. FERNANDA RUTKE DILLENBURG, Promotora de Justiça, ID n.º 3433137, para exercer as funções de Promotora-Assessora (Port. 3485/2014).

DESIGNAR

- o Promotor de Justiça, Dr. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID nº 3425592, para acompanhar a Política de Assistência Social no Estado nas questões dispostas no Acordo de Cooperação Técnica nº 20/2010 e Termo Aditivo nº 01/2011 que, entre si, celebram o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tem por objeto a manutenção da cooperação recíproca entre os signatários, consolidando a Rede Pública de Fiscalização no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família (PBF), Programas Remanescentes, ao Cadastro Único (CadÚnico), ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Port. 3403/2014).

- a contar de 01 de setembro de 2014, o Dr. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, Promotor de Justiça, ID n.º 3425592, para exercer as funções de Coordenador do Centro Operacional dos Direitos Humanos (Port. 3423/2014).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00813/2014-9, a pedido, a contar de 08 de setembro de 2014, o Dr. JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 3424944, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, e artigo 8º, §§ 2º e 3º, da Emenda Constitucional n.º 20/1998, e artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, em conformidade



com a Lei n.º 8.625/1993, e Leis Estaduais n.ºs 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 3484/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 415/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- FERNANDA BONOTTO KREBS, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 3496/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUCAS BARRIOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Técnico em Informática – Sistemas, Classe “M”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3509/2014).

- JULIANA REIS JUNQUEIRA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 3517/2014).

EXONERAR

- a contar de 08 de setembro de 2014, o servidor RODRIGO COLLARES DUARTE, ID n.º 3871568, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 3502/2014).

- a contar de 08 de setembro de 2014, o servidor MARIO CARDOSO FERREIRA JÚNIOR, ID n.º 3402576, do cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, deste órgão (Port. 3504/2014).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 08 de setembro de 2014, RODRIGO COLLARES DUARTE, para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 3503/2014).

- a contar de 08 de setembro de 2014, MARIO CARDOSO FERREIRA JÚNIOR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 3505/2014).

REVOGAR

- a contar de 08 de setembro de 2014, a Portaria n.º 312-1/2014, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor MANIR TLAIJA JÚ-

NIOR, Secretário de Diligências, ID n.º 3441660, para auxiliar a Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, uma vez por semana (Port. 3511/2014).

- a contar de 15 de setembro de 2014, a Portaria n.º 00-59/2014, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor LEOPOLDO EUGÊNIO ARNOLD, Secretário de Diligências, ID n.º 3445330, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Três de Maio, duas vezes por semana (Port. 3513/2014).

- a contar de 01 de setembro de 2014, a Portaria n.º 02-53/2014, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor MILTON HERBER JUNIOR, Secretário de Diligências, ID n.º 3431177, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Palmares do Sul, duas vezes por semana (Port. 3514/2014).

- a contar de 08 de setembro de 2014, a Portaria n.º 3261/2014, que designou a servidora HELENA MARIA CAMPOS CORLETA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe “O”, ID n.º 3440710, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei nº 9.504/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.415/2014 (Port. 3515/2014).

DESIGNAR

- a servidora VANESSA AZEVEDO, Assessor Especial I, ID n.º 3446115, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Rodrigo Collares Duarte (Port. 3506/2014).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor MANIR TLAIJA JÚNIOR, Secretário de Diligências, ID n.º 3441660, para auxiliar a Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, duas vezes por semana, a contar de 08 de setembro de 2014, até ulterior deliberação (Port. 3512/2014).

- o servidor FÁBIO MAIO DA SILVA, Agente Administrativo, ID n.º 2828790, para exercer, em substituição, na forma de Função Gratificada, o cargo em comissão de Coordenador de Unidade, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Carmem Celia Vieira dos Santos (Port. 3516/2014).

ALTERAR

- o nome da servidora Vanessa da Conceição Tavares da Silva, para VANESSA DA CONCEIÇÃO TAVARES JAPUR, em face da prova apresentada.

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 05/09/2014, no cargo de Secretário de Diligências, Classe “M”, ROBERTO CARDONE BALESTRIN, tendo entrado em exercício em 10/09/2014.

- habilitado para tomar posse, a contar de 29/08/2014, no cargo de Secretário de Diligências, Classe “M”, LUIZ FERNANDO PORTILIO, tendo entrado em exercício em 10/09/2014.

- habilitado para tomar posse, a contar de 14/08/2014, no



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1509

cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", JOAO MURILO MACHADO GONÇALVES, tendo entrado em exercício em 10/09/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA PROCESSO N.º 1341-09.00/14-3 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/14

CONTRATADA: GRAPHO PRODUTOS E SERVIÇOS EM COMPUTAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** acrescer ao objeto do ajuste (Contrato AJDG n.º 74/14) uma licença do software AUTOCAD LT, na versão mais atual, em português, compatível com o sistema operacional Windows Seven, resultando no acréscimo da quantia de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea 'b', e §1º, da Lei de Licitações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em exercício.

SÚMULA DE REVOGAÇÃO CO 29830

Pela Presente, revoga-se a súmula de inexigibilidade de licitação e ratificação, Processo nº 002092-09.00/14-8, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul de 25 de agosto de 2014, fl. 37, que objetivava a contratação da FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP, em razão da não inscrição da Promotora no curso e do atendimento da demanda por meio de outra contratação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO. 29866

CONTRATADO: NEXUS RECURSOS HUMANOS LTDA; **OBJETO:** Contratação do encontro, in company, "Elaboração da Experiência Profissional e a Criação de Ambientes Saudáveis", ministrado pela profissional Patrícia Gomes, em parceria

com o Sr. Luis Felipe Bastos Duarte, a ser realizado no hotel Villa Michelin – Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves/RS, para 30 (trinta) Promotores de Justiça que ingressaram na carreira do Ministério Público; **VALOR TOTAL:** R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º c/c o art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08 de setembro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 003768-09.00/13-5 TOMADA DE PREÇOS N.º 19/13

CONTRATADA: IZIDROS ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 06 de setembro de 2014; prorrogação do prazo de vigência contratual, por 02 (dois) meses, a contar de 24 de setembro de 2014; e desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas referente ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia – AJDG nº 162/13; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO 002243-09.00/14-8

CONTRATADA: FUNDAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL - FMRS; **OBJETO:** a compra de 03 (três) vagas na Jornada de Gestão de Pessoas do HCPA, a ser realizado nos dias 22 e 23 de setembro de 2014, para os servidores Cláudia Vaz Pinto, assessora especial, Gustavo Morteo Eboli, assessor administrativo e coordenador da Unidade de Análise e Desenvolvimento Educacional, e Suê Raquel Silveira, agente administrativo; **VALOR TOTAL:** R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1509

08 de setembro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

PROCESSO N.º 1907-09.00/13-3
CONVITE N.º 22/13

A Procuradoria-Geral de Justiça resolve **NOTIFICAR** a empresa **SULOBRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.** para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da presente notificação, apresentar recurso administrativo contra a decisão que aplicou à contratada as penalidades de (i) suspensão, pelo prazo de 06 (seis) meses, de participação em licitações e contratos com esta Administração, e consequente inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração, pelo prazo em que perdurar a suspensão; (ii) multa, no valor de R\$ 7.930,06 (sete mil novecentos e trinta reais e seis centavos), correspondente a 7% do valor do contrato; e (iii) rescisão unilateral do ajuste, forte nos artigos 77, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93. O processo encontram-se disponível para cópia na Assessoria Jurídica da Direção-Geral, situada na Rua General Andrade Neves, nº 106, 11º andar, Centro, nesta Capital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de setembro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral.

Súmula do Termo de Convênio
Processo PR.01075.06962/2014-2

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Instituto de Educação Ivoti, CNPJ nº 96.745.427/0002-79; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 27/08/2014; Daniel Sperb Rubin, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Ruben Werner Goldmeyer, Diretor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de setembro de 2014.

EDITAL N.º 415/2014

Resultado do Edital nº 399/2014 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (DEMP 02/09/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-

GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00803/2014-0, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/ur/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 399/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 414/2014

COMISSÃO DO CONCURSO

TORNO PÚBLICO a composição da Comissão de Concurso Público para provimento do cargo de Assessor – Área do Direito, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, sendo: o Procurador-Geral de Justiça, Dr. EDUARDO DE LIMA VEIGA, Presidente; o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Dr. IVORY COELHO NETO, Gerente; e os servidores ANELISE VOLKWEIS, KAREN OLSON MELO, LÍVIA MARTINEWSKI DREHER e ZILÁ FERRAZ DE MORAES, Executores.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de setembro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Gerente da Comissão do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 33/2014 – CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) Inquérito Civil nº 00771.00051/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Farroupilha por Jeanine Mocellin 3º Promo-



tor de Justiça, com a finalidade de investigar a omissão do Município do Poder Público na realização de obras para solucionar alagamentos ocorridos na Rua Arcângelo Milesi, Bairro Monte Pasqual, tendo como investigado o Município de Farroupilha, no Município de Farroupilha.

2) Inquérito Civil nº 00798.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Jaguarão por Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro 2ª Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar loteamentos, tendo como investigados o Município de Jaguarão e Renato Caldas Ferreira, na cidade de Jaguarão.

3) Inquérito Civil nº 00898.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Sebastião Do Caí por Carla Pereira Rêgo Flôres Soares 2ª Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a poluição sonora e irregularidades no funcionamento do Clube rio da Mata no Município de São Sebastião do Caí, tendo como investigado o clube Rio da Mata, na cidade de São Sebastião do Caí.

4) Inquérito Civil nº 00907.00128/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade por Mari Oni Santos Da Silva 4ª Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades decorrentes da falta de alvará de funcionamento e de proteção contra incêndio do estabelecimento denominado CTG Filastro Brum tendo como investigado o CTG Filastro Brum, na cidade de Barros Cassal.

5) Inquérito Civil nº 01202.00089/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 1º Promotor de Justiça e Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de justiça, tendo como investigado Ipergs, na cidade de Porto Alegre.

6) Inquérito Civil nº 00853.00068/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo 1º Promotor de Justiça, na cidade de Rio Grande.

7) Inquérito Civil nº 00890.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada e São Leopoldo por Ricardo Schinestsck Rodrigues 1º Promotor de Justiça, na cidade de São Leopoldo.

8) Inquérito Civil nº 00949.00214/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa por João Carlos De Azevedo Fraga 3º Promotor de Justiça, tendo como investigado a Prefeitura Municipal de Xangrilá, na cidade de Capão da Canoa.

9) Inquérito Civil nº 01202.00101/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 1º Promotor de Justiça, tendo como investigado a Imobiliária Ducatti, na cidade de Porto Alegre.

10) Inquérito Civil nº 00882.00045/2012 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Francisco de Paula por Bruno Pereira Pereira Promotor de Justiça com a finalidade de averiguar a adequação do Município de São Francisco de Paula ao Plano Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/07), tendo como investigado o Município de São Francisco de Paula, na cidade de São Francisco de Paula.

11) Inquérito Civil nº 00864.00043/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria por Maurício Trevisan 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar

rede de esgoto pluvial defeituosa, gerando danos a residência e risco a pedestres e veículos, na rua Otelo Rosa em frente ao nº209, tendo como investigado o Município de Santa Maria, na cidade de Santa Maria.

12) Inquérito Civil nº 00748.00200/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar impacto urbanístico pela utilização de índices construtivos em razão do art. 9º da lei municipal n. 7.074/2009, com alteração prevista na lei municipal n. 7.728/2013, que acresceu autorização para alienação de potencial construtivo por doação de imóveis gravados como zona especial novo aeroporto; (b) prejuízos ao município pela forma de aplicação dos §§ 2º e 5º do art. 27 da lei municipal n. 6.810/2007, com alteração prevista na lei municipal 7.727/2013, que autorizou a doação de 7,5% de área não viária de uso público de parcelamento urbano em bens imóveis fora do empreendimento situadas na faixa de domínio da diretriz viária terceiro anel perimetral rodoviário contorno sul, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul, na cidade de Caxias do Sul.

13) Inquérito Civil nº 00788.00036/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé por Cláudio Da Silva Leiria 2º Promotor de Justiça com a finalidade de averiguar Reclamação de moradores quanto ao local reservado para as aulas de baliza dos alunos do Centro de Formação de Condutores de Guaporé, na cidade de Guaporé.

14) Inquérito Civil nº 00711.00061/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete por Joao Claudio Pizzato Sidou Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar à regularização e implementação do saneamento básico no Bairro Nossa Senhora da Conceição Aparecida, tendo como investigados o Município de Alegrete, a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alegrete e a CORSAN, tendo como investigados Corsan, Município De Alegrete e Secretaria Municipal De Infraestrutura De Alegrete, na cidade de Alegrete.

15) Inquérito Civil nº 01202.00028/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão das más condições do passeio público localizado na Rua Itaboraí, em frente ao número 999, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre.

16) Inquérito Civil nº 00853.00051/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo 1º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar legalidade do estabelecimento localizado na Avenida Presidente Vargas, 608 – Fabrik, tendo como investigado Fabrik, na cidade de Rio Grande.

17) PI nº 00864.00042/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria por Maurício Trevisan, 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar negociações de unidades autônomas em condomínio horizontal sem incorporação registrada no Cartório de Registro de Imóveis, tendo como investigada a Conceitual Construtora Ltda, na cidade de Santa Maria.

18) Inquérito Civil nº 01202.00103/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística



ca por Luciano de Faria Brasil 3º Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventual ausência de PPCI do estabelecimento comercial (bar) localizado na Rua Garibaldi, 1025, bairro Bom Fim, nesta Capital, tendo como investigado o bar, na cidade de Porto Alegre.

19) Inquérito Civil nº 01202.00104/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 3º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística decorrente do descumprimento do art. 4º, §2º, do Estatuto do Pedestre (lei Complementar Municipal nº 740, de 16/05/2014), tendo como Investigado o Município de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre.

20) Inquérito Civil nº 00748.00174/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Janaina de Carli dos Santos 1ª Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar risco à coletividade por má conservação da rodovia e por ausência de equipamentos de segurança para travessia da rodovia por pedestres e veículos – rodovia rota do sol ers/453: trecho brs/116(para são marcos)-eberle, com 0,5km; trecho eberle-entre rs/476(lajeado grande), com 52,42km;] e [rsc/453: trecho entr. Com ers/476(lajeado grande)-entr.com ers/110(várzea do cedro), com 22,49km; trecho entr. com ers/110(várzea do cedro)-entr.com a ers/020(a) (para tainhas), com 16,96km;]; inclusão do trecho compreendido entre os kms 0+00 e 5+500 da rodovia rota do sol - rsc 453, tendo como investigados o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER, (estado do Rio Grande do Sul), Município de Caxias do Sul e Brasil telecom S.A., na cidade de Caxias do Sul.

21) Inquérito Civil nº 00722.00080/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses Promotor de Justiça com a finalidade de verificar a regularidade da construção de prédio na Rua Edalo Giacomazzi, ao lado do numeral 45, inclusive em relação ao zoneamento, na cidade de Bento Gonçalves.

22) Inquérito Civil nº 00933.00028/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Igrejinha por Brenusa Marquardt Corleta Promotora de Justiça com a finalidade de investigar a estrutura técnico administrativa do Município de Igrejinha para fins de regularização fundiária, tendo como investigado Município de Igrejinha, na cidade de Igrejinha.

23) Inquérito Civil nº 00872.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo por Paula Regina Mohr 1ª Promotora de Justiça com a finalidade de averiguar a regularidade da entidade Associação Esportiva e Recreativa Santo Ângelo - SER, com relação à segurança de suas instalações e capacidade de público, tendo como investigada Associação Esportiva e Recreativa Santo Ângelo - SER. Local: Av. Getúlio Vargas, 500, Centro-Sul na cidade de Santo Ângelo.

24) Inquérito Civil nº 01202.00102/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar irregularidades no estabelecimento Casa Noturna Mansão, localizada na Av. Protásio Alves, 9800, bairro Mário Quintana, nesta Capital, tendo como investigada Mansão, na cidade de Porto Alegre.

25) Inquérito Civil nº 00748.00090/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar loteamento irregular em área rural com fraude à lei sob a forma de clube, associação ou sociedade Local: Lote Rural 47, Travessão Solferino, 5ª Légua, na cidade de Caxias do Sul.

26) Inquérito Civil nº 00748.00199/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar risco de desabamento do Edifício Real - Rua Marquês do Herval, Nº 1124, tendo como investigado o Condomínio Edifício Real, na cidade de Caxias do Sul.

27) Inquérito Civil nº 00748.00249/2013 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça com a finalidade de investigar Loteamento em área rural - localidade de Linha 40 Vêneto - Chácara com 1000m² e 2000m² - Loteamento irregular, tendo como investigados Alexandre Mossmann De Araújo, Juliana Araújo e Júnior Mossmann, na cidade de Caxias do Sul.

28) Inquérito Civil nº 00757.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Dois Irmãos por Wilson Luís Grezzana Promotor de Justiça, com a finalidade de audiência para tratar de assunto referente a conveniência 24h em Dois Irmãos, na cidade de Dois Irmãos.

29) Inquérito Civil nº 0915.00043/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí por Antonio Metzger Képes 4º Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a situação de imóvel abandonado em ruínas de propriedade do Estado na Avenida da Igreja, Centro, em Tramandaí, que serve como refúgio para moradores de rua e usuários de droga, além de depósito de resíduos, contribuindo para proliferação de ratos e outras pragas, tendo como investigado Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Tramandaí.

30) Inquérito Civil nº 01202.00099/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da suposta ausência de alvará de prevenção e proteção contra Incêndio no Condomínio localizado na Av. Itaqui, 98, bairro Petrópolis, nesta Capital, tendo como investigado Condomínio descrito, na cidade de Porto Alegre.

31) Inquérito Civil nº 01202.00100/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 1º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta construção de casa avançando sobre calçada e/ou rua, na Rua Jade, s/nº, bairro Lajeado, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre.

32) Inquérito Civil nº 00827.00024/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado por Adoniran Lemos Almeida Filho Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na entrega à população de 19 moradias populares pelo Poder Executivo de Pedras Altas, sem as necessárias condições de habitabilidade, tendo como investigado o Município de pedras Altas, na cidade de Pedras Altas.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 11 de setembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1509

33) Inquérito Civil nº 00945.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito por Camilo Vargas Santana Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a ocorrência de violação às normas urbanísticas na Rua Leonel Brizola de Moura, no município de Rodeio Bonito, tendo como investigado o Município de Rodeio Bonito, na cidade de Rodeio Bonito.

34) Inquérito Civil nº 00722.00081/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses Promotor de Justiça, com a finalidade de avaliar regularidade da construção do Edifício Jardim Planalto, sob o aspecto de zoneamento e eventual estudo de impacto, tendo como investigado MPA Incorporações Ltda - Edifício Jardim Planalto, na Cidade de Bento Gonçalves.

35) PI nº 00864.00043/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada De Santa Maria por Maurício Trevisan 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar rede de esgoto pluvial defeituosa, gerando danos a residência e risco a pedestres e veículos, na rua Otelo Rosa em frente ao nº209, tendo como investigado o Município de Santa Maria, na Cidade de Santa Maria.

36) Inquérito Civil nº 00888.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São José do Norte por Adriano Pereira Zibetti Promotor de Justiça, tendo como investigada Daiane do Espírito Santo Vaz, na cidade de São José do Norte.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de Setembro de 2014.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.